

A vila operária da fábrica de fósforos de segurança da Companhia Cruzeiro: um olhar sobre os seus moradores por meio dos registros civil e paroquial (Cachambi, freguesia do Engenho Novo, Rio de Janeiro – 1889-1903)

The workers' village of the Companhia Cruzeiro safety match factory: a look at its residents through civil and parish records (Cachambi, parish of Engenho Novo, Rio de Janeiro – 1889-1903)

Marcelo Mac Cord*

Resumo: Entre os anos 1889 e 1903, a Companhia Cruzeiro, instalada na rua Miguel Ângelo, Cachambi, freguesia do Engenho Novo, cidade do Rio de Janeiro, produziu fósforos de segurança em uma fábrica “moderna”. Entre outros benefícios que foram oferecidos pelo negócio capitaneado pela firma Gaffrée & Guinle, havia uma vila operária. Fruto do “paternalismo industrial”, as casas receberam dezenas de famílias legitimamente constituídas. Essas últimas eram diversas, com as mais diferentes experiências nacionais, étnicas, profissionais, culturais, escolares e de gênero. O nosso artigo analisa os perfis sociais daqueles núcleos parentais. Para identificarmos os moradores da vila operária (esposos, mulheres e filhos), utilizamos séries de documentação cartorial e paroquial – registros de nascimento, óbito, sepultamento e casamento. A partir delas, também apoiamos as nossas interpretações em estatutos de clubes, correspondências policiais, memórias docentes, escrituras públicas, periódicos, leis e censos.

Palavras-chave: vila operária; família operária; paternalismo industrial.

* Doutor em História Social pela Unicamp. Professor Associado da Faculdade de Educação da UFF. A primeira versão do artigo foi construída a partir de francos diálogos com a professora doutora Karoline Carula, do Instituto de História da UFF, a quem agradeço pela longa parceria e pela amizade fraternal. E-mail: mmcord@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5694-7007>.

Abstract: Between 1889 and 1903, the Companhia Cruzeiro, located in Miguel Ângelo Street, Cachambi, in the parish of Engenho Novo, in the city of Rio de Janeiro, produced safety matches in a “modern” factory. Among other benefits that were offered by the business headed by the company Gaffrée & Guinle, there was a workers’ village. As a result of “industrial paternalism”, the houses received dozens of legitimately constituted families. These were diverse, with the most different national, ethnic, professional, cultural, school and gender experiences. Our article analyzes the social profiles of those parental groups. To identify the residents of the workers’ village (husbands, wives and children), we used a series of notarial and parish documentation – birth, death, burial and marriage records. From these, we also support our interpretations in club statutes, police correspondence, teaching memories, public deeds, periodicals, laws and censuses.

Keywords: workers’ village; working-class family; industrial paternalism.

NA CIDADE do Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 1889, a fábrica de fósforos de segurança da Companhia Cruzeiro iniciou oficialmente as suas operações. A empresa Gaffrée & Guinle era a principal acionista do empreendimento. Localizado no início da rua Miguel Ângelo, no n. 34, o negócio estava em um dos pontos menos densamente povoados da freguesia urbana do Engenho Novo. Aproveitando-se das conjunturas econômicas do “encilhamento”, na esfera local, e de inovações tecnológicas, na esfera global, os capitalistas captaram recursos e investiram na produção de fósforos amorfos ou vermelhos ou de segurança. Menos voláteis do que o branco, que era altamente explosivo e tóxico, a confecção daqueles outros exigia maiores gastos, logística e complexidade produtiva. Portanto, não seriam somente “modernos” os fósforos da Companhia Cruzeiro. Eles saíam de uma linha de produção “modernizada”, baseada em uma planta industrial alicerçada nos princípios da “nova fábrica”. Junto disso, naquela data, os acionistas, adeptos do “paternalismo industrial”, também entregaram as primeiras casas da sua vila operária e planejavam construir armazém, refeitório e escola primária no imenso terreno em que estavam estabelecidos.¹

Nossas considerações iniciais exigem dois esclarecimentos. O primeiro nos remete à escolha do local para a instalação da fábrica. Logisticamente, o terreno estava em terreno isolado e elevado. Isso evitaria a criticidade de possíveis acidentes químicos e os constantes alagamentos da Praia Pequena. Junto disso, existia fácil comunicação com a zona central da cidade e o porto. A rua Miguel Ângelo, n. 34, estava próxima da Estrada de Ferro Rio d’Ouro

1 Para saber mais sobre o processo de constituição da fábrica, consultar: MAC CORD, Marcelo. Da J. Stanke & Companhia à Companhia Cruzeiro: idealização, montagem e inauguração de uma fábrica de fósforos de segurança na rua Miguel Ângelo, freguesia do Engenho Novo – Rio de Janeiro, 1888-1889. **História Econômica & História de Empresas**, v. 28, n. 2, p. 1-31, 2025. No período em que a fábrica de fósforos de segurança da Companhia Cruzeiro iniciou as suas operações, as mais importantes vilas operárias da cidade do Rio de Janeiro estavam instaladas em indústrias têxteis. STANCHI, Roberto Pontes. **Modernidade, mas nem tanto: o caso da vila operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 67.

(estação Praia Pequena), da Companhia Ferro Carril de Cachambi (que prometia estender os seus trilhos até a fábrica, facilitando o uso da estação Engenho Novo da Estrada de Ferro D. Pedro II) e do Porto de Inhaúma – importante parada da navegação guanabarina. No tocante à mão de obra, a freguesia do Engenho Novo, criada em 1873 (fruto do retalhamento das congêneres do Engenho Velho, São Cristóvão e Inhaúma), tinha importante presença de operários. No Censo de 1890, 8,3% da sua população trabalhava na indústria. Desses, 20,4% eram estrangeiros. Os brasileiros computavam 79,6%. Contudo, 34,2% eram pretos, caboclos e mestiços. Comparativamente, no Distrito Federal, havia 9,4% de operários. Os estrangeiros compunham 39%. Dos 61% de brasileiros, 30,2% tinham a pele escura.²

O outro esclarecimento tem a ver com a concepção de “paternalismo industrial” da firma Gaffrée & Guinle e dos demais acionistas, que estava ancorada nos mais tradicionais princípios da economia social. Nesse sentido, os investidores da fábrica de fósforos de segurança, membros “moralizados” da “boa sociedade”, muitos deles membros do Clube de Engenharia, como os próprios Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, pretendiam “educar” as vontades dos seus operários. Isso porque estes últimos seriam “incapazes” ou “relativamente capazes” de decidir, por si mesmos, os seus destinos. Portanto, os patrões tinham a “missão” de conceder, aos seus contratados, alguns meios materiais para a sua “correção” ou para o seu “aperfeiçoamento”, como casa, assistência médica e senso de economia. Tal preocupação ia ao encontro de certas pedagogias políticas que ganhavam evidência em tempos de pós-abolição e de mudanças nos mundos do trabalho. Por fim, os benefícios não deveriam ser compreendidos, pelos operários, como um direito. Assim sendo, os beneficiados não poderiam esperar qualquer regulação feita por instâncias mediadoras. O “paternalismo industrial” era um favor pessoal, concedido unilateralmente por quem oferecia a dádiva.³

2 MAC CORD, op. cit. Entre outros, consultar: AZEREDO, Daiane Estevam. **Uma cidade fabril**: a inserção socioeconômica de oficinas e fábricas no espaço urbano do Rio de Janeiro entre 1830 e 1872. 2022. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022. p. 154, 174 e 178. FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2011. p. 57, 68, 132, 136 e 140. LIMA, Rachel Gomes de. **Senhores possuidores em Inhaúma**: propriedades, famílias e negócios da terra no rural carioca “oitocentista” (1830-1870). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. p. 26, 56, 74, 94, 105 e 113. MIYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios**: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910). Rio de Janeiro: AGCRJ, 2011. p. 42, 50 e 74. MIYASAKA, Cristiane Regina. **Os trabalhadores e a cidade**: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. p. 90, 101, 168 e 239. OLIVEIRA, Luiz Paulo Leal de. **Caminhos do subúrbio carioca**: papel das antigas estradas na formação dos bairros da região de Inhaúma. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. p. 308. SANTOS, Leonardo Soares dos. **De arrabaldes a subúrbios**: a geografia social do Rio de Janeiro a partir dos textos de seus cronistas. **Locus: Revista de História**, v. 20, n. 2, p. 64-65, 2015.

3 MAC CORD, op. cit. Entre outros, consultar: RIBEIRO, Maria José F. de A. **Memória, imigração e educação**: Fábrica de Tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p. 35-39. CORREIA, Telma de Barros. **Pedra**: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papius, 1998. p. 29-30. FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: 1890-1920. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 139. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 52-53. LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”**. São Paulo, Marco Zero, 1988.

No início dos trabalhos da Companhia Cruzeiro, segundo alguns jornais da cidade do Rio de Janeiro, o seu chão de fábrica contava com 130 operários. Em 1890, eles eram homens, mulheres, meninos e meninas que produziram cerca de 8.000 latas de caixas de fósforos de segurança. Os periódicos ainda afirmam que, no ano de 1897, o empreendimento da rua Miguel Ângelo usava a força de trabalho de 240 indivíduos, adultos e menores, na condução do seu maquinário. Contudo, o quantitativo de latas havia saltado para 50.000 no ano anterior.⁴ Na passagem do tempo, ou seja, em pouco menos de dez anos, os números permitem afirmar quer a superexploração dos trabalhadores, quer a diminuição da capacidade ociosa do empreendimento industrial. Não satisfeitos, os capitalistas, capitaneados pela empresa Gaffrée & Guinle, esperavam ainda mais produção a partir de 1897. A *The Diamond Match Company* acabara de comprar ações, aportar recursos e providenciar novas e mais aperfeiçoadas máquinas.⁵ Ohio Barber, criador daquela empresa norte-americana, construiu o “truste dos fósforos” em seu país, inovou tecnologicamente e foi muito agressivo no mercado internacional, iniciando a compra de fábricas europeias em 1895.⁶

Ainda em 1897, junto do incremento da produção dos fósforos de segurança, da maior exploração dos operários, da diminuição da capacidade ociosa da fábrica e da chegada da *The Diamond Match Company*, os acionistas providenciavam o último benefício prometido pelo “paternalismo industrial”. A escola primária, projeto original que perdeu prioridade, estava sendo finalmente construída. Ela receberia 80 crianças, filhas dos operários.⁷ O retorno às primeiras ideias talvez fosse convenientemente motivado pelo debate e pela aprovação do Decreto Municipal n. 401, publicado no dia 5 de maio daquele mesmo ano. A norma instituiu o “fundo escolar”. Para realizá-lo, entre outras medidas, os estabelecimentos industriais, fabris e comerciais, que empregassem analfabetos menores de 16 anos, teriam que pagar 10\$000rs *per capita*. A taxa deixaria de ser cobrada quando estudassem e provassem frequência. A obrigação do pagamento também inexistiria se o empregador mantivesse salas de aula sob as suas custas.⁸ No complexo industrial da rua Miguel Ângelo, as 80 crianças estariam acomodadas nas 59 casas destinadas para

4 Até aqui, consultar: **Diário do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 set. 1889. **Novidades**, Rio de Janeiro, 3 set. 1889. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 3 set. 1889. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1897. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1897.

5 “Companhia Fábrica de Phosphoros Cruzeiro (1897)”, Livro 83, Registro 2.499, Junta Comercial do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante AN). **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1897.

6 FLEMING, William Franklin. **America's Match King**: Ohio Columbus Barber, 1841-1920. Ohio: Barberton Historical Society, 1981. SAROKIN, David; SCHULKIN, Jay. Diamond Match. In: SAROKIN, David; SCHULKIN, Jay. **The Corporation**: its history and future. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2020. p. 88-110.

7 **A Notícia**, Rio de Janeiro, 3 abr. 1897. No nosso recorte espaço-temporal, escolas foram criadas nas vilas operárias das fábricas de tecidos Carioca e Confiança. COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. **Entre o lazer e a luta**: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917). 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 27-28. STANCHI, op. cit., p. 109.

8 “Decreto n. 401, de 5 de maio de 1897: crea o ‘fundo escolar’ e dá aplicação à sua receita”. In: **Collecção de Leis Municipais e Veto de 1897**: organizada por Alvarenga Fonseca, Director Geral da Secretaria do Conselho Municipal do Districto Federal, etc. Volume III. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1898. p. 49. TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem**: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: Coppe; São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 115-116.

as famílias que moravam na vila operária, que ainda contava com poucos quartos para trabalhadores solteiros.

Apesar da pujança, a Companhia Cruzeiro encerrou o seu processo de liquidação em 14 de março de 1903. Ainda investigamos os motivos do ocorrido. Contudo, sabemos que, naquele mesmo ano, a empresa Gaffrée & Guinle se tornou a única proprietária dos seus bens móveis e imóveis. Entre estes últimos, agora na rua Miguel Ângelo, n. 1, antigo n. 34, uma vila operária com 59 casas, 6 quartos e uma escola primária.⁹ As pesquisas ainda não permitem saber se a fábrica de fósforos, depois da liquidação, foi imediatamente fechada pelos proprietários ou manteve a sua produção por mais algum tempo, mesmo que arrendada para terceiros. Entretanto, segundo o levantamento feito pelo Centro Industrial do Brasil, sabemos que, em 1907, ela não mais funcionava.¹⁰ Quase dez anos mais tarde, em 1916, confirmando o fim das atividades industriais, Alfredo de Paula propôs a compra de todo o maquinário da antiga Companhia Cruzeiro. Não sabemos se obteve sucesso no negócio. De toda forma, dois anos depois, o proponente acabou adquirindo toda a propriedade da rebatizada Gaffrée, Guinle & Companhia. Por lá, instalou uma fábrica de brinquedos e perdoou a dívida dos seus inquilinos.¹¹ Talvez, alguns fossem moradores desde os tempos da produção de fósforos.

Importa-nos as mudanças produtivas e de proprietários no complexo industrial da rua Miguel Ângelo, mas o nosso artigo analisará, quantitativa e qualitativamente, as famílias legítimas que viveram na vila operária da Companhia Cruzeiro. Para conhecê-las, utilizamos documentação cartorial e paroquial. Pesquisamos, entre os anos de 1889 e 1903, todos os 44 livros de nascimentos e de óbitos do cartório do Engenho Novo. Encontramos moradores em 42 livros.¹² Alguns operários se casaram na freguesia. Três códigos, do referido cartório,

9 Até aqui, tudo em: "Sociedades Anonymas: Companhia Fabrica de Phosphoros Cruzeiro: termo de encerramento da liquidação". **Diário Oficial – Estados Unidos do Brazil**, anno XLII, n. 64, p. 1448, 18 mar. 1903. "Escriptura de transmissão de propriedade em solução de dívida vencida com garantia de hypoteca e de tranzação que entre si fazem por uma parte a Companhia Fábrica de Phosphoros Cruzeiro, devedora, e de outra parte Gaffrée & Guinle, credores, nos termos abaixo declarados – 28/2/1903", Livro 687, fls. 82v-84v, 3º Ofício de Notas, Fundo Ofício de Notas, ANRJ.

10 Centro Industrial do Brasil. "Mappas estatísticos da industria fabril". In: **O Brasil: suas riquezas naturais, suas industrias – volume III, industria de transportes e industria fabril**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas, 1909. p. 30.

11 Até aqui, tudo em: caixa 5, pacote 4, Fundo Família Guinle de Paula Machado, ANRJ. "Escriptura de compra e venda, com hypoteca, de um grande terreno com todas as suas benfeitorias à rua Miguel Ângelo dando frente também para a Praia Pequena, no Engenho Novo, onde foi estabelecida a Fábrica de Phosphoros Cruzeiro, nesta capital, que fazem Gaffrée, Guinle e Cia e Alfredo de Paula e sua esposa d. Rosaura Frias de Paula – 16/9/1918", Livro 947, fls. 80v-81v, 3º Ofício de Notas, Fundo Ofício de Notas, ANRJ. **A Rua**, Rio de Janeiro, 26 out. 1918.

12 Livro 2, fl. 133; Livro 10, fl. 91v, 129v-130, 174-174v e 192-192v; Livro 3, fl. 17v, 102v, 144-144v e 185v-186; Livro 4, fl. 43v-44, 113v-114, 141v-142, 150-150v, 151-151v, 162v-163v; Livro 5, fl. 26, 48-48v, 129v-130 e 166v-167; Livro 6, fl. 81v-82, 103-103v, 112v-113 e 126v-127; Livro 7, fl. 50 e 189-189v; Livro 8, fl. 30-30v, 33, 43-43v, 47v-48, 84-84v e 117v; Livro 9, fl. 70-70v, 90-90v, 139v-140 e 148v; Livro 11, fl. 17v-18, 29v-30v, 38, 46v-47, 49-49v, 109-110 e 185-185v; Livro 12, fl. 59-59v e 68-68v; Livro 13, fl. 91-91v e 197v; Livro 14, fl. 61v-62 e 76-76v; Livro 15, fl. 2v-3, 38-38v, 54v, 69v-70, 159v e 166v-167; Livro 16, fl. 43-43v, 110v, 125v-126 e 194v; Livro 17, fl. 17v-18, 31-31v, 105-105v e 125v; Livro 18, fl. 60-60v, 94-94v, 98, 127-127v, 168 e 194; Livro 19, fl. 29, 83-83v, 111-111v e 152v; Livro 20, fl. 4v, 20v, 56v, 68v, 78-78v, 93v, 125v e 147-147v; Livro 21, fl. 134v-135 e 186v-187; Livro 22, fl. 19, 32, 63-63v e 192v; Livro 23, fl. 24v-25, 50v, 55v, 99 e 131; Livro 24, fl. 54 e 178v-179; Livro 25, fl. 16v e 194; Livro 26, fl. 51v e 77v; Livro 27, fl. 37v e 48-48v; Livro 28, fl. 139v-140; Livro 29, fl. 15v, 46-46v, 180-180v e 181-181v, nascimentos, Cartório da 10ª Circunscrição da cidade do Rio de Janeiro, *Family Research*. Livro 1, fl. 117v-118; Livro 2, fl. 37v-38, 129 e 194v; Livro 3, fl. 67-67v, 78v-79, 84v-85, 114, 120, 152, 163, 167, 188v, 197-197v e 200; Livro 4, fl. 1-1v, 52v, 60, 63, 64v-65, 71v-72, 73v, 75, 95v, 110v-111, 133-133v e 151-151v; Livro 5, fl. 7, 70v-72, 109 e 114; Livro 6, fl. 7, 20v-21, 61v-62, 80v-81, 98v-99 e 114; Livro 7, fl. 1, 115v-116, 120, 140-140v

ofereceram mais dados sobre esses matrimônios.¹³ O total de 47 volumes foram pesquisados no *Family Research*. Chamou atenção o fato de que a maioria absoluta dos funerais ocorreu no Cemitério de Inhaúma, que era muito próximo da fábrica e estava sob o controle das autoridades eclesiásticas. Sete livros de sepultamentos por elas produzidos na paróquia de São Tiago de Inhaúma, e depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, complementaram as informações.¹⁴ Esse *corpus* documental está pormenorizadamente referenciado nas últimas três notas de rodapé e alicerça o artigo. Por causa disso, portanto, não repetiremos as indicações documentais em cada momento do exercício proposto.

No cruzamento dos códigos pesquisados, 87,3% das famílias da vila operária da Companhia Cruzeiro eram legitimamente constituídas, ou seja, 69. Como podemos deduzir, elas ocuparam e desocuparam, entre 1889 e 1903, a maior parte das 59 residências que foram construídas para os casais e seus filhos. Atentos a esses números e à natureza jurídica e/ou religiosa da maioria absoluta das uniões, podemos concluir que houve significativa estabilidade, tanto nos quadros funcionais da indústria capitaneada pela firma Gaffrée & Guinle quanto no caráter civil e/ou religioso dos casais arregimentados. A nossa percepção também encontra suporte na historiografia, pois, segundo os especialistas, as fábricas com vila operária buscavam empregar e oferecer moradias para indivíduos que possuíssem estabilidade social, o que pretensamente garantiria constância, compromisso, “moralidade” e disciplina no mundo do trabalho. Geralmente, por causa disso, os industriais não ofereciam espaços residenciais aos trabalhadores solteiros.¹⁵ Não por acaso, como vimos, a fábrica de fósforos de segurança levantou poucos quartos para gente daquela última condição, algo que reforça a política conservadora do negócio.

Em algum momento das suas vidas cotidianas, as famílias legítimas da vila operária da Companhia Cruzeiro encontraram condições materiais e políticas para desfrutar de um importante elemento de distinção social. Não era fácil para os trabalhadores conseguir a

-
- e 153v; Livro 8, fl. 28v, 92v-93, 100v, 124v-125 e 169; Livro 9, fl. 97v, 109v-110, 137-137v, 160 e 187v; Livro 10, fl. 82v-83, 91-91v, 162v, 163v e 194v; Livro 11, fl. 47-47v, 81v, 92v, 140 e 190v; Livro 12, fl. 1-1v, 9v, 22-23, 83, 163v, 173 e 194v; Livro 13, fl. 36v-37, 90v e 183v; Livro 14, fl. 7, 61v, 72v-73v, 163 e 172; Livro 15, fl. 105; Livro 16, fl. 28v, óbito, Cartório da 10ª Circunscrição da cidade do Rio de Janeiro, *Family Research*.
- 13 Livro 1, fl. 4v; Livro 2, fl. 131v-132; Livro 4, fl. 99-99v, casamento, Cartório 10ª Circunscrição da cidade do Rio de Janeiro, *Family Research*.
- 14 AP-623, fl. 62, 89, 143, 167v e 198; AP-624, fl. 3v, 15, 19v, 32v, 35, 36v, 47, 53, 55-55v, 77v, 80, 81, 83, 86v, 88, 100v-101, 108, 120, 129, 156 e 190; AP-625, fl. 9, 10, 62-62v, 119, 134v e 148v; AP-626, fl. 22v, 115v, 119, 136v-137 e 148; AP-627, fl. 54v-55, 107v, 136 e 174v-175; AP-628, fl. 95v-96, 108 e 134v; AP-629, fl. 9v-10, 36v, 120v, fl. 177v e 178; AP-630, fl. 4v, 39, 87, 98v-99, 107v, 121-121v e 143; AP-631, fl. 46, 52v, 64, 90v, 126v, 194, 213-213v, 253, 303, 308 e 393, Cemitério de Inhaúma, Freguesia de São Tiago de Inhaúma, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- 15 Até aqui, tudo em: ALBERNAZ, Maria Paula. **As vilas**: uma contribuição à história da arquitetura popular no Rio de Janeiro através do estudo do espaço urbano. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 59. MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. **Vila Maria Zélia**: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940). 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 46-48. COSTA, op. cit., p. 127. SANTOS, Mariléia Oliveira. **O viver na “Cidade do Bem”**: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA. 2010. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 88 e 99. CORREIA, op. cit., p. 237-238. BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Análise Social**, v. XXIX, n. 127, p. 715, 1994. LOPES, op. cit., p. 17.

união oficial, socialmente reconhecida. Entre outros problemas, as burocracias e os custos afastavam os pretendentes do altar e do cartório. Por causa disso, costumeiramente, aqueles que sobreviviam do suor do próprio rosto construíam relações informais. Muitos filhos naturais e ilegítimos foram fruto dessa última forma de convivência.¹⁶ No complexo industrial da rua Miguel Ângelo, portanto, havia um grupo muito expressivo de pessoas que, para a “boa sociedade” brasileira, convivia segundo a mais importante instituição republicana, o casamento. Legalmente, ele reforçava a diferença entre mulheres e homens nas coisas da vida cotidiana, concedendo aos maridos plena autoridade para decidir os destinos do núcleo parental. Entre outras prerrogativas, representar, como sujeito ativo, esposas e filhos, definidos como inativos, nas mais variadas demandas públicas.¹⁷ Isso fica evidente na documentação compulsada, por causa de sua tipologia.

Os “chefes das famílias”: nacionalidade, cor e qualificação profissional

Os 69 ESPOSOS, que eram, literalmente, “chefes de família”, haviam chegado à Companhia Cruzeiro de diferentes lugares. A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, foi um importante polo de atração humana. Entre os trabalhadores casados que viveram na vila operária, 62,3% eram europeus. Certamente, isso confirma a tendência da sua contratação tanto para instalar e operar máquinas quanto para treinar a mão de obra local.¹⁸ A maior parte deles, 29, era composta por italianos. O segundo maior grupo contava com cinco portugueses. Alemães, quatro. Logo em seguida, três franceses. Espanhol e austríaco, apenas um. Este último, Júlio Kersting, ocupava uma casa especialmente feita para o mestre. O estrangeiro era o técnico que auxiliava o seu compatriota Julius Stanke, que, além de ser acionista e diretor-gerente da fábrica de fósforos de segurança, era engenheiro.¹⁹ Por causa de ambos os sujeitos e de prováveis afinidades culturais, talvez os quatro alemães e até mesmo parte dos italianos tenham sido atraídos para o negócio capitaneado pela firma Gaffrée & Guinle. Sobre

16 Até aqui, tudo em: PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 91. AZEVEDO, Gislane Campos. **“De Sebastianas e Geovannis”**: o universo do menos nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 103-104 e 121-122. MARCELLO, Ingrid Job. **Mães de outras pátrias**: as vivências maternais das imigrantes no Rio de Janeiro (1880-1908). 2025. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025. p. 47 e 188.

17 CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000. p. 62-73. RIZZINI, Irma; SCHUELÉR, Alessandra Frota Martinez de. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 2, n. 4, p. 135, abr. 2018.

18 VERSIANI, Flávio Rebelo. Escravos, homens livres e imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920. In: SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tomás (org.). **História econômica da Primeira República**. 2ª ed. rev. São Paulo: Edusp/IOSP/Hucitec, 2002. p. 205. SANTOS, op. cit., p. 72 e 155. MAC CORD, Marcelo. Operários e operárias da fábrica a vapor de chapéus de Antônio José Maia & Cia.: gênero, idade, qualificação profissional e nacionalidade. Recife, década de 1880. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-31, 2020. PENA, op. cit., p. 106. SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 123-124.

19 X. Y.

os latinos, a historiografia indica que muitos vênnetos, que estiveram sob o domínio austríaco, fizeram, massivamente, a travessia transoceânica.²⁰

Os brasileiros casados também estavam na vila operária da Companhia Cruzeiro. Eles representavam 26,1% da força de trabalho contratada pelos acionistas da fábrica de fósforos de segurança. Apesar de as fontes silenciarem sobre as suas cores, a historiografia permite propor o tom mais ou menos escuro das suas peles. Daquele referido montante, observamos que quatro operários migraram do estado do Rio de Janeiro. Desde a decadência do Vale do Paraíba, a antiga província testemunhou a partida de muitos africanos e de seus descendentes, gente livre e liberta, para a capital do país. Por sua vez, na documentação compulsada, tratados genericamente pela nacionalidade “brasileira”, computamos 13 moradores do complexo industrial da rua Miguel Ângelo. Considerando esse tipo de registro mais genérico, os pesquisadores também afirmam que a cidade do Rio de Janeiro recebeu, desde a segunda metade do século XIX, milhares de ex-escravizados oriundos dos mais diferentes pontos do nosso país. Especialmente da Bahia.²¹ Por fim, para fechar a amostragem, um trabalhador nasceu no Distrito Federal. Talvez fosse a segunda ou a terceira geração das gentes que para lá seguiram.

No terceiro e último grupo da amostragem, as fontes pesquisadas não indicaram a procedência de 11,6% dos moradores da vila operária da Companhia Cruzeiro. São oito nomes bastantes comuns quer aos homens nascidos em nosso país, quer aos portugueses. Tal peculiaridade pode aumentar a presença tanto de uns quanto dos outros, nas casas que foram construídas no imenso terreno da fábrica de fósforos de segurança. Hipoteticamente, caso todos os trabalhadores desidentificados fossem brasileiros, os nossos compatriotas chegariam ao total de 37,7% do total de moradores. Esse quantitativo ainda é relativamente pequeno, comparado aos 62,3% de europeus. Em contrapartida, se todos eles fossem lusitanos, os estrangeiros, oriundos do Velho Mundo, alcançariam a maioria absoluta de 73,9% da mão de obra residente. Ainda não podemos desconsiderar o fato de que muitos italianos aportuguesavam os seus nomes, depois de um tempo de convivência em suas cidades adotivas.²² Essa estratégia, de assimilação à nova realidade sociocultural, caso tenha ocorrido na freguesia do Engenho Novo, aumentaria as chances de os europeus engrossarem as suas fileiras no complexo industrial da rua Miguel Ângelo.

Em termos profissionais, concretamente, na documentação pesquisada, 34,7% dos moradores da vila operária da Companhia Cruzeiro surgiram sem a sua ocupação

20 BIONDI, Luigi. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011. p. 70-71. REZNIK, Luís et al. **Imigração italiana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2022. p. 20-21. CARMO, Maria Izabel Mazini do. **Nelle vie dela città**: os italianos no Rio de Janeiro, 1870-1920. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 24-27.

21 Sobre os tipos de migração para a cidade do Rio de Janeiro, entre outros, consultar: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. **“Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”**: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição (1880-1940). Curitiba: Editora Appris, 2020. FAUSTO, op. cit., p. 44. CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 210-217.

22 BIONDI, p. 159.

registrada. Um grupo mais generalista, com 36,2%, era composto por pessoas classificadas como empregado, trabalhador e operário. Talvez, algumas delas fossem mais ou menos qualificadas, sem carregar os estigmas da mão de obra “rude” e “indigna”. Com funções claramente especializadas, temos 27,5%. Encontramos aqui mestres, sapateiros, funileiros, pedreiros, maquinistas e artistas. Entre outras atividades, eles estavam encarregados da supervisão técnica do chão de fábrica, do reparo e da construção de edifícios no complexo industrial e do conserto/feitura dos calçados de operários, chefes e patrões. Nesse grupo, tem muita importância o fato de haver gente referida como artesão. Claramente, isso indica a proletarização de atividades que foram autônomas nos tempos da manufatura e que lutavam para manter o velho prestígio em novos e difíceis tempos.²³ Apenas um era da área comercial, representando 1,6%. Este último, provavelmente, fosse vendedor para firmas de grosso e de retalho ou funcionário responsável pelo armazém.

No conjunto dos trabalhadores mais qualificados do complexo industrial da rua Miguel Ângelo, como sabemos, estava o austríaco Júlio Kersting, mestre que apoiava e obedecia às ordens do diretor-gerente Julius Stanke, que era seu compatriota, empregador e chefe imediato. Aquele primeiro estrangeiro fazia parte do seleto grupo de europeus que ocupavam 73,6% das funções mais especializadas da Companhia Cruzeiro. No rol dos imigrantes, ainda havia dez italianos, sendo eles seis artistas, dois pedreiros, um funileiro e um sapateiro. A França forneceu à fábrica de fósforos de segurança um maquinista. Oriundos de Portugal, para completar a lista, outro dessa última profissão e um pedreiro. Tais números, portanto, reforçam a historiografia referida anteriormente, que aponta para a predominância de mão de obra estrangeira nas profissões mais qualificadas, quando observamos a nascente indústria nacional na virada do século XIX para o século XX. Complementarmente, o restante dos trabalhadores refinados, 26,4%, nasceu em nosso país. Quatro foram descritos genericamente como brasileiros, ou seja, três artistas e um pedreiro. Finalmente, segundo a documentação, um funileiro era fluminense.

Parece evidente, portanto, que, na vila operária da Companhia Cruzeiro, havia uma maioria branca e estrangeira, mas sem desprezarmos a presença de brasileiros com tons de pele mais ou menos escuros. Isso posto, sugerimos que os números não somente traduzem a quase sempre correta correlação entre estrangeiros e qualificação profissional, como afirma a historiografia. Havia algo mais ideológico nas escolhas feitas pelos acionistas. Eles eram

23 Até aqui, tudo em: KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre. **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 50. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? **Revista Brasileira de História**, v. 12, n. 23-24, p. 119-120, set. 1991-ago. 1992. THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 74-75, 92-96 e 102. HOBBSAWM, Eric J. A aristocracia do trabalho reexaminada. In: HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. 3ª ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 323-356. RUGIU, Antonio Santoni. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998. PEREIRA, Miriam Halpern. Artesãos, operários e o liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840). **Ler História**, n. 14, p. 41-86, 1988.

industriais arrojados, pois estavam identificados com os princípios da “nova fábrica”, que buscava implantar negócios “modernos” em um país que também deveria se “modernizar”. Não há como dissociar isso dos debates raciais. No início da República, eles inviabilizaram a imigração de africanos e de chineses, para que houvesse, no Brasil, “depuração” étnica e progresso.²⁴ Nessa perspectiva, contar com uma maioria de trabalhadores brancos tanto proporcionaria maior ordem e disciplina na rua Miguel Ângelo quanto mitigaria os conflitos entre trabalhadores europeus e brasileiros com a pele mais ou menos escura. Apoia o nosso argumento, sobre a escolha dos acionistas, o Censo de 1890, que, como vimos, indica maior disponibilidade de operários pretos, caboclos e mestiços na freguesia do Engenho Novo.²⁵

Os “chefes das famílias”: letramento, casamento e associativismo como formas de distinção

NAS FONTES COMPULSADAS, outro importante elemento de análise é o letramento dos operários. A categoria é importante porque contempla experiências escolares e não escolares de aprendizado. Entre essas últimas, por exemplo, o autodidatismo e os processos de troca que ocorriam no próprio ambiente de trabalho.²⁶ Isso posto, observamos que 59,4% dos homens casados (41 indivíduos) foram descritos como sujeitos que sabiam ler e escrever. Contudo, no período em quadro, a historiografia demonstra que muitos eram assim categorizados, pelas autoridades públicas, pelo simples fato de desenhar o próprio nome ou escrever um simples bilhete.²⁷ Do total de homens casados, moradores do complexo industrial da rua Miguel Ângelo, não é possível determinar os níveis de letramento de 17,3%, por não terem comparecido ao cartório da freguesia do Engenho Novo. O restante, 23,3%, era considerada analfabeta, também segundo os termos utilizados à época. Nesse sentido, segundo os dados parciais do censo de 1890, a cidade do Rio de Janeiro possuía 57,8% da sua população masculina alfabetizada.²⁸ O negócio capitaneado pela firma Gaffrée & Guinle, portanto, possuía números bastante significativos.

24 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 240-243. CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos - Rio de Janeiro, 1870-1889**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. p. 208-230.

25 Sobre os conflitos, entre outros, consultar: CHALHOUB, Sidney. **Lar, trabalho & botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. RIBEIRO, Gladys Sabina. **O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República**. Niterói: Eduff, 2017. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalho: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)**. Rio de Janeiro: AGCRJ, 2013.

26 THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 304. MORAIS, Christianni Cardoso. **Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850)**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2026. p. 102 e 113.

27 FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 31, dez. 2002.

28 Do total de 293.657 homens, 169.960 eram alfabetizados. BRASIL. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação, culto e analfabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. p. 389.

Daquele montante, 41 homens casados que possuíam algum nível de letramento, a maioria, 23, era estrangeira. Em outros números, esses últimos indivíduos compunham 56,1% dos trabalhadores que, com maior ou menor destreza, leram e assinaram os documentos públicos. À exceção de três portugueses, não é possível saber se os outros imigrantes (13 italianos, três franceses, dois alemães e dois austríacos) também eram alfabetizados em nosso idioma. Por sua vez, os 13 brasileiros (dez assim registrados genericamente, dois fluminenses e um nascido no Distrito Federal), com diferentes níveis de leitura e de escrita, compunha 31,7% da amostragem. Bem ou mal alfabetizados, cinco trabalhadores não apareceram com a sua nacionalidade registrada nas fontes, representando 12,2%. Assim como propomos antes, portanto, o total de portugueses e de brasileiros poderia aumentar um pouco mais nas respectivas porcentagens. De toda forma, notamos que, proporcionalmente, em relação ao total de homens casados, os brasileiros eram pouco mais escolarizados do que os europeus. Recordemos que esses últimos compunham 62,3% da vila operária da Companhia Cruzeiro, enquanto aqueles primeiros 26,1%.

Na conquista dos seus graus de letramento, os operários da vila operária da Companhia Cruzeiro percorreram três caminhos possíveis, segundo a historiografia social do trabalho e da educação. Um deles, como vimos, foi o autodidatismo e as trocas no mundo do trabalho. Por sua vez, antes mesmo de se empregarem na fábrica, estivessem na Europa ou no Brasil, os trabalhadores mais ou menos qualificados dispunham de aulas noturnas oferecidas por sociedades de auxílio mútuo, ligas operárias e sindicatos anarquistas ou revolucionários. Tais escolas, construídas por setores da própria classe, nos dois lados do Atlântico, foram projetos de autonomia educacional, política e humana. Direta ou indiretamente influenciadas pelos debates das Primeira e Segunda Internacional, essas salas de aula ganharam fôlego na segunda metade do século XIX.²⁹ Concorrente e antiteticamente, temos a terceira via. Aquém e além-mar, governos e setores das elites letradas e proprietárias também criaram aulas noturnas. Filantrópicas, públicas ou particulares, elas pretendiam “civilizar” e tornar “útil” a mão de obra.³⁰

29 Até aqui, entre outros, consultar: ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). **História do marxismo**: o marxismo na época da Segunda Internacional, vol. 2, 1ª parte. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 44-49. NEGTE, Oskar. O marxismo e a teoria da revolução no último Engels. In: HOBSBAWM, 1989, op. cit., p. 158. MACHADO, Antonio Felipe da Costa Monteiro. Educação, sindicalismo revolucionário e anarquismo nos Congressos Operários Brasileiros (1903-1921). **Crítica Histórica**, v. 11, n. 21, p. 163-185, jul. 2020. COSTA, Ana Luiza Jesus da. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, n. 4 (43), p. 123-154, out.-dez. 2016. CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Trabalhadores e política no Brasil**: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República. Salvador: Eduneb, 2015. MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. BIONDI, op. cit.

30 Entre outros, consultar: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 6ª reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. p. 206-211. MARTINHO, António Manuel Matoso. A criação do ensino industrial em Portugal. **Mathesis**, n. 15, p. 53-81, 2006. GITAHY, Maria Lucia Caira. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.) **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p. 19-118. MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte Imperial: 1870 a 1889. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ª ed. São Paulo, Editora Unesp; Brasília, Flacso, 2005.

Caso a escola do complexo industrial da rua Miguel Ângelo funcionasse à noite, estaria no movimento vindo de cima da pirâmide social.

Para as gentes como os 69 moradores da vila operária da Companhia Cruzeiro, era estratégico o consórcio possível entre instrução, vinda de qualquer tipo de projeto escolar (operário, governamental ou caritativo), vida familiar em bases “morais” e mão de obra mais ou menos especializada. Como vimos, a combinação desses fatores ganhava ainda maior importância com a proletarianização dos artífices e a estigmatização do operário como um sujeito “rude” e “indigno”. Esse último sujeito seria alguém “ocioso”, “inconsciente” e “vicioso”, ou seja, quem deveria estar em posição diametralmente oposta àqueles moradores do complexo industrial da rua Miguel Ângelo, que fabricavam fósforos de segurança. Tal cuidado era ainda mais especial e sensível para os empregados brasileiros com a pele mais escura. Em tempos de pós-abolição, eles ainda eram muito pressionados por estigmas raciais da época do escravismo, como “inépcia” e “vadiagem”. Em menor ou maior grau, os estudiosos sobre a temática indicam que o antídoto contra as perseguições cotidianas, para os ex-escravizados e seus descendentes, era a valorização da família, o fortalecimento do poder paterno e a construção de uma imagem positiva enquanto trabalhador.³¹

Independentemente das intenções da “boa sociedade” local e global, com os seus projetos pedagógicos ancorados na economia social, que moldou o “paternalismo industrial” da Companhia Cruzeiro, os moradores da sua vila operária (fossem eles trabalhadores nacionais ou estrangeiros mais ou menos especializados, fossem eles brancos, mestiços ou pretos) acreditavam que a “moralidade” dos seus casamentos e o letramento adquirido eram fatores de distinção e de respeitabilidade. Prova disso é que, pouco meses depois da liquidação da fábrica de fósforos de segurança, ainda em 1903, foi criado o Grêmio Dramático Flor do Cruzeiro. O seu objetivo era promover diversões dramáticas e dançantes, para os seus sócios, nas dependências da rua Miguel Ângelo, n. 1. Parece evidente que, em um momento de indefinições sobre o destino do complexo industrial, os empregados da Gaffrée & Guinle encontraram brechas, na antiga disciplina patronal, para se organizar autônoma e formalmente. No período em quadro, a nova entidade cultural tinha características bem comuns aos demais clubes dançantes da cidade do Rio de Janeiro, recebendo em seus salões um número ilimitado de sócios, sem distinção de nacionalidade e cor de pele.³²

Apesar da proposta mais aberta para a adesão, somente os homens participaram da fundação do Grêmio Dramático Flor do Cruzeiro, reforçando padrões de gênero, como observamos no pedido de aprovação dos seus estatutos. No cruzamento do referido

31 MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 182-183, jan.-jun. 2004. MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da Abolição no Oeste Paulista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 3, p. 526 e 533, 2010.

32 “Grêmio Dramático Familiar Flor do Cruzeiro (1903)”, Códice 6C-102, fl. s.n., GIFI, AN. Sobre os clubes dançantes e suas características, consultar: PEREIRA, op. cit. PENNA-FRANÇA, Luciana. **Teatro amador no Rio de Janeiro**: associativismo dramático, espetáculos e periodismo (1871-1920). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

documento com as fontes cartoriais e paroquiais, observamos que boa parte dos fundadores era moradora da vila operária, ou seja, trabalhadores brasileiros com vários tons de pele e estrangeiros, corroborando as análises que têm dissolvido, apesar das tensões, no pós-abolição, a “barreira intransponível” que os dividia.³³ Contudo, a identificação das pessoas, suas relações familiares e de compadrio serão analisadas em artigo vindouro. Outros pontos dos estatutos evidenciam seletividade e conservadorismo para a manutenção da matrícula e para a tomada de decisões. Na vida cotidiana do grupo, por exemplo, os seus membros deveriam se comportar de forma “moralizada” e investigar a “conduta” daqueles que solicitavam inscrição. Junto disso, somente os homens que soubessem ler e escrever poderiam votar, receber votos e debater os destinos do clube.³⁴ Em última instância, princípios que reforçavam a imagem, o *status* e as mundividências de uma elite operária masculina.³⁵

Sob o teto dos “chefes das famílias”, as esposas

NAS CASAS DA VILA operária da Companhia Cruzeiro, entre 1889 e 1903, 46,4% dos casais foram formados exclusivamente por europeus. Houve 19 deles compostos por compatriotas que se casaram em seus países de origem, ou seja, 14 duplas italianas, duas alemães, uma espanhola, uma austríaca e uma francesa. As fontes não permitem identificar o local do enlace de quatro pares italianos. Dessa última nacionalidade, seis casais oficializaram os seus compromissos na cidade do Rio de Janeiro, depois de imigrados. Outros dois, vindos do mesmo país, migraram para a capital da República depois de se unirem oficialmente no Espírito Santo e em Pernambuco. Um operário francês e uma operária italiana romperam com a regularidade observada no complexo industrial da rua Miguel Ângelo e se uniram legalmente no Distrito Federal. Tendo em vista a expressividade desses arranjos matrimoniais, reforçamos a significativa presença de gente branca no negócio capitaneado pela firma Gaffrée & Guinle. Especialmente sobre os casais de italianos, maioria na fábrica, a historiografia é incisiva sobre os elos entre os imigrados e os aqui constituídos, pois eles garantiam conforto emocional e meios de autoproteção em cotidianidades incomuns.³⁶

Na fábrica de fósforos de segurança, a existência de significativo montante de casais europeus converge com a preferência racial dos acionistas, como vimos na primeira seção do artigo. Profilático, o casamento dos estrangeiros também garantiria descendência, e mão de obra, considerada apta. Em outras palavras, no complexo industrial da rua Miguel

33 Entre outros, consultar: COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Imigrantes brancos e migrantes negros no pós-abolição da cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 20, p. 116-135, 2021. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 607-626, set.-dez. 2016.

34 “Grêmio Dramático Familiar Flor do Cruzeiro (1903)”, Códice 6C-102, fl. s.n., GIF, AN.

35 Elite operária, para nós, nos moldes da “aristocracia do trabalho” europeia. HOBBSAWM, op. cit., 2000.

36 REZNIK et al., op. cit., p. 68. GONÇALVES, José Victor Maritan. *Sposársi* a Franca: tendências da nupcialidade entre imigrantes italianos no interior paulista, 1885-1930. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-23, 2021.

Ângelo, o controle reprodutivo daquela gente branca seria crucial para evitar miscigenações e consequentes “degenerações”.³⁷ Prova disso é o registro de apenas sete uniões entre pessoas de dois continentes, representando apenas 10,1% da amostragem. Havia um brasileiro casado com uma italiana no estado de São Paulo. Na cidade do Rio de Janeiro, firmaram-se os laços entre um francês e uma brasileira. Ainda na capital da República e no estado do Rio de Janeiro, cinco portugueses assumiram compromissos com mulheres nascidas em nosso país. Comparativamente, a historiografia indica que esse último tipo de combinação, legitimamente estabelecida ou não, foi muito comum no nosso recorte espaço-temporal. Muitas vezes esses relacionamentos eram interétnicos, apesar dos renitentes e históricos conflitos entre lusitanos e descendentes de africanos.³⁸

Na vila operária da Companhia Cruzeiro, os brasileiros casados entre si representavam 21,7% do conjunto. Referidos genericamente pela nacionalidade, a documentação revela 12 pares legitimamente constituídos pelas autoridades públicas e/ou eclesiásticas. Antes de chegarem à fábrica de fósforos de segurança, três deles partiram casados de outros estados. Dois do Rio de Janeiro e o outro de São Paulo. A maior parte dos casais arrolados, oito, fossem migrantes ou não, correram os seus proclamas em cartórios do Distrito Federal. Os dados sobre a última dupla não permitem definir onde ocorreu o seu enlace matrimonial. Por sua vez, na amostragem, dois casais foram mais precisamente identificados quanto ao local dos seus nascimentos. Contudo, os documentos não permitem saber em que ponto do país eles se uniram. Fluminenses, ambas as duplas devem ter sacramentado os seus compromissos conjugais em suas cidades de origem, antes de seguirem para a capital da República. Por último, um homem, nascido nessa última localidade, desposou uma mulher registrada como brasileira. Contudo, como nos outros casos, não há indicação de onde ocorreu o casamento civil e/ou religioso.

Não identificamos a origem de 21,8% dos casais que viveram na vila operária da Companhia Cruzeiro. O montante é significativo porque os dados sobre as mulheres são mais incompletos, comparativamente aos dos homens, por causa da natureza das fontes. Por causa disso, talvez houvesse mais ou menos casais europeus, brasileiros ou mistos nas contagens, algo que refinaria as nossas interpretações. A insuficiência de registros, sobre as esposas, é ainda mais sensível quando observamos os seus empregos na fábrica de fósforos de segurança. Eles são referidos em apenas 15,9% do conjunto, ou seja, 11 ocorrências. Nelas, 18,2% eram funções vinculadas ao chão de fábrica, enquanto o restante era trabalho doméstico. A historiografia aponta para a complexidade dessa última ocupação, relacionada aos mais diversos níveis de serviços prestados.³⁹ Por causa disso, sugerimos diferentes

37 Sobre a relação entre matrimônio, “pureza” étnica e higienismo, consultar: CERQUEIRA, Gabriel Souza. Casamento e profilaxia: a família sob o olhar dos evolucionismos na Primeira República. **Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 17, n. 2, p. 237-258, maio-ago. 2025.

38 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 42.

39 SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criadas, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)**. 2017. Tese (Doutorado em

status para as residentes com tarefas reprodutivas. As esposas brasileiras dos maquinistas europeus, homens qualificados, talvez cuidassem das suas famílias. Em contrapartida, as brasileiras casadas com dois compatriotas menos qualificados, referidos como operário e trabalhador, poderiam, de forma obrigatória e regular, por exemplo, arrumar a casa do mestre.

Apesar de a maior parte das esposas surgir sem qualquer ocupação profissional, segundo a documentação cartorial e paroquial, podemos sugerir que um expressivo contingente trabalhasse no chão da fábrica da rua Miguel Ângelo. Comparativamente, na cidade de São Paulo, no ano de 1908, o jornal *A Luta Proletária* informava aos seus leitores que uma indústria de fósforos local empregava poucos homens e muitas mulheres e crianças nas suas instalações. Em 1920, por sua vez, segundo o Censo Industrial, 58,0% da mão de obra daquele tipo de negócio, em nosso país, era feminina. Em finais do século XIX, o caso mais emblemático foi a greve deflagrada por 1.400 operárias, funcionárias da gigante britânica *Bryant and May*, que também contava com uma maioria de mulheres e de crianças nos processos produtivos daquele artigo industrial. A paralisação ocorreu devido aos baixos salários, às péssimas condições de trabalho e à intoxicação causada pelo uso do fósforo branco. Altamente volátil e contaminante, ela causava a chamada “mandíbula fosfórica”. As lutas daquelas operárias foi o marco de uma paulatina mudança na produção, que passou a investir em fósforos amorfos, vermelhos ou de segurança.⁴⁰

No complexo industrial da rua Miguel Ângelo, caso as esposas dos trabalhadores mais qualificados realmente cuidassem apenas das suas próprias casas e das rotinas domésticas, poderíamos estar diante de uma escolha. Algo além de uma mera imposição higienista vinda dos patrões. A opção talvez proporcionasse, para elas, prestígio semelhante àquele desfrutado por seus maridos. Nesse sentido, a historiografia indica que alguns grupos de mulheres da classe trabalhadora foram coniventes “com a construção, ou pelo menos com a aceitação da representação romântica da esposa-mãe-dona-de-casa”.⁴¹ Para os seus esposos, que conquistaram e buscavam consolidar formas de respeitabilidade, tê-las no recesso do lar garantiria o cuidado dos filhos e o distanciamento das “imoralidades” compartilhadas no chão de fábrica. Sem dúvida, algo que, dialeticamente, reforçaria a “imagem positiva” do casal. Esse não seria um projeto exclusivo da elite operária instalada na freguesia do Engenho Novo, mas algo cotidianamente defendido e idealizado, aquém e além-mar, por setores mais ou menos organizados da classe trabalhadora, geralmente compostos por indivíduos com mão de obra especializada.⁴²

História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017, p. 56. PENA, op. cit., p. 29.

40 RAGO, op. cit., p. 90-91. PENA, op. cit., p. 93. RAW, Louise. **Striking a light**: The Bryant and May Matchwomen and their place in History. London: Bloomsbury, 2013. MAC CORD, op. cit.

41 RAGO, op. cit., p. 102.

42 Idem, p. 188. PENA, op. cit., p. 195-198 e 202. PERROT, op. cit., p. 178, 212 e 218. No Portugal dos anos 1940, na Companhia União Fabril, os trabalhadores mais especializados mantinham as suas esposas em casa, o que era compreendido, por eles, como uma situação de privilégio e de distinção do restante da mão de obra. ALMEIDA, Ana Nunes. Mulheres e famílias operárias: a “esposa doméstica”. **Análise Social**, v. 28, n. 120, p. 116-120, 1993.

A documentação é ainda mais nebulosa sobre a habilidade de leitura e de escrita das mulheres da vila operária da Companhia Cruzeiro. Inexistem dados sobre os níveis de letramento delas, por serem representadas legalmente pelos homens. De toda forma, isso não significou desinteresse ou passividade. Em meados dos anos 1890, a professora Leolinda de Figueiredo Daltro lecionou na escola pública e diurna da Praia Pequena, destinada às meninas da região.⁴³ A fábrica de fósforos de segurança ficava nas imediações. Segundo a docente, enquanto regia aquela cadeira, ela alfabetizou, à noite, em sua escola, gratuitamente, 64 operárias daquele negócio.⁴⁴ Provavelmente, muitas eram esposas, filhas e/ou irmãs dos seus trabalhadores. Formada pelas Irmãs Ursulinas, Leolinda de Figueiredo Daltro preparava a mulher para a vida familiar e para o “trabalho digno”. Por mais que isso reforçasse discursos “moralizantes”, eles devem ter sido apropriados a partir dos interesses das estudantes, como indicamos anteriormente. As aulas daquela mestra foram interrompidas em 1896, quando se mudou para Goiás, atuando como indigenista. O retorno à capital do país ocorreu em 1900, período que desenvolveu a sua militância feminista.⁴⁵

Em 1909, envolvida com a campanha presidencial do marechal Hermes da Fonseca, Leolinda de Figueiredo Daltro produziu um importante documento. Nele, entre outros assuntos, observamos o seu orgulho por lembrar de algumas das suas ex-estudantes da Companhia Cruzeiro, que haviam se tornado, no tempo, docentes, modistas e floristas.⁴⁶ A felicidade da militante pode ser interpretada de duas formas, dialéticas. Na primeira delas, algumas das ex-operárias encontraram espaços de autonomia por meio de profissões que melhoravam o seu *status* e prestigiavam os seus familiares operários. Por sua vez, as ex-operárias passaram a exercer profissões mais “dignas”, comparativamente ao chão de fábrica. Em ambos os casos, reforçando o que comentamos mais acima, as antigas discípulas mereceram a admiração da velha mestra quando conquistaram melhores empregos “femininos”. Segundo a historiografia, em nosso recorte espaço-temporal, tal perspectiva sobre a questão de gênero era bastante comum, até mesmo entre aqueles que relativizavam a “natural submissão” das mulheres aos homens e lutavam por sua emancipação social, política e cultural. Os debates sobre a temática eram tensos e intensos nos jornais.⁴⁷

43 **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1894. **Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1896.

44 DALTRO, Leolinda de Figueiredo. **Inícios do feminismo no Brasil**: subsídios para a história. Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1918. p. 5.

45 Até aqui, tudo em: GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **A professora Leolinda Daltro e os missionários**: disputas pela catequese indígena em Goiás (1896-1910). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 28-29 e 177. SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Leolinda Daltro, a caminhante do futuro**: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/Goiás – 1896-1920). 2014. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. p. 79-85 e 118-125. ROCHA, Elaine Pereira. Vida de professora: ideais e aventuras de Leolinda de Figueiredo Daltro durante a primeira república. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 8, n. 15, p. 29-47, jan.-jun. 2016.

46 DALTRO, op. cit., 1918, p. 5.

47 RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 2, n. 4, p. 122-146, jan.-abr. 2018. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Letramento e emancipação feminina no Amazonas na virada do século XIX para o XX. In: LIMEIRA, Aline de Moraes; GALVINCIO, Amanda (org.). **Mulheres em movimento na história da educação brasileira (1850-1950)**. Curitiba: Appris, 2024. p. 57.

Sob o teto dos “chefes das famílias” e das suas esposas, os filhos

NAS FONTES COMPULSADAS, conseguimos identificar 123 filhos legítimos na vila operária da Companhia Cruzeiro. Na cidade do Rio Janeiro, entre os anos de 1889 e 1903, a média de 1,78 filho por casal era muito baixa, considerando o grande número de crianças existentes nas famílias.⁴⁸ Portanto, o referido quociente é subestimado, pois a baixa taxa de fecundidade não interessava aos industriais. Como sabemos, eles preferiam arregimentar maridos e esposas com significativa prole, para que houvesse mão de obra disponível, comprometida e barata. Nesse sentido, aquela diminuta média pode ser explicada pela própria natureza da documentação analisada. Produzidos pelos escrivães do cartório da freguesia do Engenho Novo e pelas autoridades eclesiásticas do Cemitério de Inhaúma, os registros somente revelam as crianças que nasceram e/ou morreram na própria fábrica de fósforos de segurança. Com raríssimas exceções, neles, é possível conhecer aquelas que seguiram com os seus pais para a rua Miguel Ângelo e que por lá estiveram quando o complexo industrial virou propriedade exclusiva da firma Gaffrée & Guinle. É bastante factível, portanto, que não fossem poucos os menores nessa condição.

Conheçamos, primeiramente, as 95 crianças que nasceram na vila operária da Companhia Cruzeiro, representando 77,2% da amostragem. Podemos dividi-las em quatro grupos. No primeiro, aglutinamos os filhos de casais europeus. A maior parte, 34, foi gerada por italianos casados aquém e além-mar. Seis foram fruto de um matrimônio franco-italiano, realizado no Distrito Federal. Três tinham pais alemães. Um foi feito por austríacos e outro por espanhóis. As famílias dessas cinco últimas crianças se uniram em seus países de origem. No segundo grupo, reunimos os filhos dos nossos compatriotas, fossem eles brancos, mestiços ou pretos. Em termos de nacionalidade, eles compunham o segundo maior contingente, 27. O conjunto quase completo dos seus pais foi referido genericamente como brasileiro. Nas seções anteriores, indicamos que talvez fossem migrantes em sua maioria. No terceiro grupo, 15 filhos de europeus com brasileiros. Ratificando tendências antes discutidas, 11 eram resultado do enlace matrimonial entre portugueses e brasileiras, o que poderia aumentar o número de mestiços no complexo industrial da rua Miguel Ângelo. No último grupo, oito crianças sem conseguirmos precisar a origem de pelo menos um dos genitores.

Segundo os dados da documentação cartorial e paroquial pesquisada, poucos indivíduos nasceram fora dos limites da vila operária da Companhia Cruzeiro. Apenas nove, ou seja, 7,3% da amostragem. Eles foram por nós organizados em dois grupos. No primeiro, temos sete crianças europeias, sendo uma francesa, uma alemã e cinco italianas. Alguns desses

48 Na falta de dados mais concretos sobre o Rio de Janeiro entre 1889 e 1903, apoiamos a nossa afirmação nos estudos demográficos. No Brasil do tempo presente, a taxa de fecundidade total é 1,61 filho por mulher. Nos anos 1960, era 6. Possivelmente, no nosso recorte espaço-temporal, fosse um pouco maior do que esse último número. COUTINHO, Raquel Zanatta; SOUZA, Igor Viveiros Melo. A transição da fecundidade no Brasil: investigação sobre os efeitos das crises exógenas nas tendências recentes de queda do número de nascidos vivos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 41, p. 2, 2024.

estrangeiros tiveram irmãos brasileiros mais novos, concebidos no próprio complexo industrial da rua Miguel Ângelo. O último grupo contém apenas dois menores, fruto do casamento de portugueses com brasileiras. Assim como no caso anterior, eles também testemunharam o crescimento das suas famílias nas casas da fábrica de fósforos de segurança. Por sua vez, para completarmos as estatísticas, não identificamos o local de nascimento de 15,5% dos meninos e meninas. Contudo, nove eram filhos de dois casais italianos. Um deles comprometido desde a sua terra natal e o outro sem esse tipo de informação. O restante, dez menores, não deixa qualquer pista mais concreta sobre a sua origem. Como somente temos os dados sobre a nacionalidade de um dos seus pais, as crianças podem ser filhas de casais brasileiros, europeus ou mistos.

Sintética e concretamente, as fontes compulsadas indicam que 61 crianças eram europeias ou filhas de casais europeus, compondo 49,6% da amostragem. Os números reforçam não somente a expressiva presença de gente branca na fábrica de fósforos de segurança, mas também que houve significativos traços italianos em sua vida cotidiana. Não foi menos importante a existência de pequenos brasileiros, fossem brancos, mestiços ou pretos, na vila operária da Companhia Cruzeiro. Eles eram 52, ou seja, 42,3%. Da mesma forma que os filhos de italianos, eles muito bem povoaram os espaços do complexo industrial da rua Miguel Ângelo. Não é possível precisar a origem de 8,1%. Isso posto, ao compararmos os casais de brasileiros (21,7%) com os de estrangeiros (46,4%), considerando as distorções estatísticas, observamos que aqueles primeiros tiveram mais filhos do que esses últimos. Talvez os nossos compatriotas tivessem mais descendentes por questões culturais, ambientais e/ou sociais, fosse para garantir suficiente mão de obra, salário e trabalho para os seus núcleos familiares, fosse para manter o interesse dos patrões em abrigá-los nas casas da vila operária, por causa da sua alta taxa de fecundidade.

Os registros de óbitos e de sepultamentos das crianças da vila operária da Companhia Cruzeiro nos oferecem mais informações. Ao todo, encontramos 30 menores mortos por lá, ou seja, 24,4% do total de residentes. Eles foram organizados em dois grupos. No primeiro, majoritário, temos 21 meninos e meninas que nasceram no próprio complexo industrial da rua Miguel Ângelo. A maior parte, 17 indivíduos, expirou com até um ano de idade. Hegemonicamente, o fim das suas vidas esteve relacionado tanto a problemas congênitos quanto às doenças dos sistemas digestivo (como atrepsia e gastroenterite) e respiratório – como tuberculose e bronquite. Quatro crianças conseguiram superar o primeiro ano de vida, mas não passaram do segundo. Uma teve meningite, outra meningite e bronquite e as demais gastroenterite. No segundo grupo, reunimos nove menores. Eles nasceram antes da chegada das suas famílias à fábrica de fósforos de segurança, mas por lá deram os seus derradeiros suspiros. Com até um ano, quatro foram acometidos de atrepsia, bronquite e tuberculose. Antes dos cinco, quatro encontraram termo por causa de enterocolite, enterite, pneumonia e tuberculose. O último, com 11 anos, teve febre palustre, ou seja, malária.

No nosso recorte espaço-temporal, segundo a historiografia, as altas taxas de mortalidade infantil mobilizaram importantes nomes da política, da educação e da intelectualidade. Eles foram especialmente conclamados pelos médicos higienistas, que estavam cada vez mais preocupados com o chamado “problema da infância”.⁴⁹ Por meio dos estudos realizados por esses últimos especialistas, observamos que a vila operária da Companhia Cruzeiro reproduziu alguns padrões da capital do país. Em ambos os espaços, consideradas as suas escalas, houve maciço falecimento de crianças com até um ano de idade, por causa da constante incidência de males gástricos e respiratórios. Essas doenças eram menos letais para os menores que completavam o seu primeiro aniversário e chegavam ao quinto. O risco diminuía um pouco mais para aqueles que comemoravam cinco anos e alcançavam dez. Contudo, não é possível saber se o percentual de crianças mortas na fábrica de fósforos é proporcional ao da cidade do Rio de Janeiro. As análises sobre essa última localidade, quando existem, apenas comparam a mortalidade infantil à geral, sem a contagem do número de nascimentos e de mortes entre as próprias crianças.⁵⁰

Ainda sobre os 30 menores que faleceram na vila operária da Companhia Cruzeiro, outras interpretações são possíveis. Em números brutos, 40% eram europeus ou filhos de casais europeus. Na sua maior parte, italianos ou seus descendentes. Os brasileiros, independentemente da naturalidade e da cor, compunham 43,3% do conjunto. Não foi possível definir a ascendência de 16,7%. Mesmo ciente das possíveis distorções percentuais, como temos afirmado no transcorrer do artigo, os falecimentos foram relativamente proporcionais nos dois primeiros grupos de crianças. Comparativamente, no Distrito Federal de finais dos anos 1900, houve profunda assimetria na mortalidade de brancos (especialmente estrangeiros), pretos e mestiços. Os primeiros, 25 por mil. Os dois outros, 67 por mil.⁵¹ Talvez, na fábrica de fósforos de segurança, o aparente equilíbrio no número de mortes de meninos e meninas com nacionalidades e etnias diferentes dialogue com a condição de vida dos seus pais. Sabemos que boa parte dos moradores compartilhava experiências comuns, apesar dos problemas relativos à raça e ao trabalho mais ou menos qualificado, e recebia os mesmos (des)cuidados dos acionistas.

Finalmente, temos o total de 75,6% crianças que permaneceram vivas entre 1889 e 1903. A maior parte estava na primeira infância, o que ainda as manteria longe, por um bom tempo, do mundo do trabalho fabril. Algumas outras deveriam estar maduras o suficiente para participar da produção dos fósforos de segurança. Entre elas, os filhos dos italianos

49 CAMARA, Sônia. Inspeção sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 13, n. 3(33), p. 60-63, set.-dez. 2013. FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 18, supl. 1, p. 202, dez. 2011.

50 Até aqui, tudo em: GIL, Caroline Amorim. **Amas, leites e farinhas: o problema da alimentação infantil no rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930)**. 2022. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. p. 92, 101 e 105-106.

51 PEREIRA, Thales Augusto Zamberian. Mortalidade entre brancos e negros no Rio de Janeiro após a abolição. **Estudos Econômicos**, v. 46, n. 2, p. 449 e 461, abr.-jun. 2016.

que chegaram com os seus pais e outros tantos que não apareceram nas fontes cartoriais e paroquiais pesquisadas. A historiografia demonstrou como esses menores devem ter sido superexplorados, algo que ocorria nos mais diversos tipos de indústrias, especialmente nas têxteis.⁵² Contudo, considerando o fato de que muitos moradores do complexo industrial da rua Miguel Ângelo eram artistas mecânicos letrados e socialmente respeitáveis, precisamos considerar também a sua luta pela sobrevivência de antigas tradições. Em outras palavras, apesar da proletarianização, mestres, sapateiros, funileiros e pedreiros, entre outros, poderiam privilegiar os seus descendentes no aprendizado das suas próprias profissões. Junto disso, negociar as matrículas dos seus filhos na escola dos patrões. As duas coisas permitiriam que as crianças evitassem maior esgotamento físico e precarização das suas vidas.⁵³

Considerações finais

Nosso ARTIGO apresentou e analisou algumas experiências de 69 famílias legitimamente constituídas, que, entre os anos de 1889 e 1903, viveram na vila operária da Companhia Cruzeiro. A “moderna” fábrica de fósforos de segurança foi instalada em um imenso terreno, que estava localizado em uma área pouco adensada do Cachambi. A propriedade encontrava-se em um ponto menos privilegiado da freguesia urbana do Engenho Novo e era vizinha da freguesia suburbana da Inhaúma. Ambas as subdivisões político-administrativas não eram muito distantes do centro da cidade do Rio de Janeiro. O cruzamento das principais fontes utilizadas, cartoriais e paroquiais, mais as complementares, como o estatuto do Grêmio Dramático Flor do Cruzeiro e os escritos da professora Leolinda de Figueiredo Daltro, ofereceram indícios que permitiram identificar alguns valores que nortearam aqueles agrupamentos operários, como hierarquia, respeitabilidade pública, reconhecimento religioso e/ou civil e instrução. No complexo industrial da rua Miguel Ângelo, portanto, os seus moradores compartilharam muitas mundivências com os seus patrões, homens de outra classe social, como os capitalistas Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle.

Apesar dos sinceros pontos de contato, a documentação compulsada também indicou conflitos de interesse entre as classes sociais. Os acionistas da Companhia Cruzeiro contrataram trabalhadores com diversas experiências nacionais e étnicas, objetivando maior controle sobre a mão de obra e menor grau de solidariedade entre os de baixo da pirâmide social. A maciça presença de europeus e de seus filhos, nascidos aquém e além-mar, também

52 Entre outros, consultar: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. **Estudos Econômicos**, n. 15, p. 49-88, 1985. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 259-288. PIRES, Isabelle Cristina da S. **Entre teares e lutas: relações de gênero e questões etárias nas principais fábricas de tecidos do Distrito Federal (1891-1932)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Departamento de História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018. p. 79, 81, 85.

53 O “sistema paulista”, implantado na Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, por exemplo, ofereceu vantagens aos artistas comparativamente a outros operários. LOPES, op. cit., p. 47-48.

apontou para um projeto de desunião ancorado em ideologias raciais e higiênicas. Contudo, com o passar do tempo, parece que os patrões não foram assim tão bem-sucedidos em suas intenções, pois as barreiras de cor e de nascimento teriam sido negociadas, em algum grau, no Grêmio Dramático Flor do Cruzeiro. Como comentamos, questões que ainda serão mais bem desenvolvidas. Em contrapartida, se essa associação abriu as portas para um número ilimitado de sócios, somente quem sabia ler e escrever teve representatividade cotidiana e exerceu poderes decisórios. Isso reforçou distinções intraclasse, algo bastante comum na história dos trabalhadores mais ou menos especializados/escolarizados. Entre eles, os que moraram no mesmo endereço daquela agremiação, ou seja, a rua Miguel Ângelo, n. 1.

Como vimos, a Companhia Cruzeiro concluiu sua liquidação em março de 1903, quando os seus bens móveis e imóveis se tornaram propriedade exclusiva da firma Gaffrée & Guinle. Reiteramos que, depois disso, ainda pouco sabemos sobre o destino do negócio. As investigações seguem o seu percurso. Uma pergunta crucial orienta a sua continuidade. Estariam as máquinas que produziam fósforos de segurança paradas ou não, quando ocorreram as marcantes greves dos meses de agosto e setembro? A historiografia não faz qualquer referência à paralisação do complexo industrial da rua Miguel Ângelo.⁵⁴ As ocorrências policiais estão interditas há anos, por falta de condições de pesquisa no arquivo da Cidade da Polícia. Nos livros da Casa de Detenção, não encontramos presos que criaram confusões ou residiram naquele endereço. Na documentação do Arquivo Nacional, muitas indústrias agradeceram ao governo pela repressão aos grevistas, mas nenhuma delas era a nossa.⁵⁵ Nos jornais, somente uma nota duvidosa no *Diário da Tarde*, de Curitiba.⁵⁶ Talvez, uma confusão do correspondente com o nome de um empreendimento homônimo, a Fábrica de Tecidos Cruzeiro. Essa, sim, profundamente envolvida na luta de classes.

O silêncio das fontes disponíveis estaria condicionado ou não pela paralisação das máquinas? Caso a fábrica de fósforos de segurança da firma Gaffrée & Guinle estivesse funcionando nos meses de agosto e setembro de 1903, a falta de mobilização poderia ser explicada pelo próprio material empírico que orientara o nosso artigo. As condições gerais dos trabalhadores da vila operária da Companhia Cruzeiro, desde 1889, como vimos, eram semelhantes ao do conjunto da população da cidade do Rio de Janeiro, quando os parâmetros de análise são mortalidade infantil e doenças que acometiam as crianças. Junto disso, ainda comparativamente à capital do país, recordemos, eram menores as suas taxas de mortalidade entre pretos e mestiços, em relação aos brancos/estrangeiros. Nessa equação, não podemos desconsiderar a significativa estabilidade funcional das famílias no chão de fábrica, algo que pôde ser sustentado pela baixa rotatividade nas casas da vila operária. Todos esses

54 BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 39-40. GOLDMACHER, Marcela. **A “greve geral” de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 124-166.

55 Códice 6C-108 e 6C-120, GIF, AN.

56 *Diário da Tarde*, Curitiba, 13 ago. 1903.

fatores poderiam ser suficientes para que os próprios trabalhadores escolhessem continuar no trabalho, independentemente de os patrões utilizarem a moradia como meio de pressão contra possibilidades de greve, como muito bem demonstra a historiografia.⁵⁷

Recebido em: 20/10/2025

Aprovado em: 28/01/2026

57 Entre outros, consultar: RAGO, op. cit., p. 244. CORREIA, op. cit., p. 130. LOPES, op. cit., p. 17 e 52. TEIXEIRA, Palmira Petratti. **A fábrica dos sonhos**: trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 68-69 e 93.